



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23
LOCAL: AUDITÓRIO DA PORTE - TATUAPÉ
DATA: 26 DE ABRIL DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Presentes os Vereadores André Santos, que vos fala, e o Vereador Bombeiro Major Palumbo.

Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da sexta audiência pública de 2023, convocada para hoje, dia 26 de abril, tendo como pauta: PL 127/2023, do Executivo – Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão do seu artigo 4º. Tema: desafios do Plano Diretor Estratégico para a proteção social da saúde e da mulher.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 24 de abril e foi publicada em jornais de grande circulação também no dia 24 de abril.

Haverá inscrição para o público presente, e cada orador terá três minutos para se manifestar.

Foram convidados a partir desta audiência pública os Srs.: Dr. Daniel Del Nero, Diretor do Hospital São Luiz - Unidade Tatuapé; - Tenente Coronel PM Alexandre de Resende Silva, Diretor do Departamento de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Secretaria Municipal da Saúde; - Coronel PM Carlos Alberto de Camargo Júnior, Comandante do Corpo de Bombeiros Metropolitano; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Rosangela Meiro Hodermarsky, da Porte – Engenharia e Urbanismo; Clebson Charles de Menezes, da Associação Geral do Centro.

Ressalto a importância de haver manifestações apenas quando for cedida a palavra.

Passo agora a presidência dos trabalhos, por acordo entre os integrantes desta Comissão na Câmara Municipal de São Paulo, ao nobre Vereador Bombeiro Major Palumbo.

- Assume a presidência o Sr. Bombeiro Major Palumbo.

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Sr. Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, Vereador André Santos, agradeço demais a abertura dos trabalhos e a presença de V.Exa. nesta sexta audiência pública desta Comissão de 2023 para a revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, PL 127/2023.

Peço a gentileza de comporem a Mesa de trabalho: a Sra. Márcia de Lima Santos Leite, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; o Coronel PM Carlos Alberto de Camargo Júnior, Comandante do Corpo de Bombeiros Metropolitano. (Palmas) Obrigado, Comandante.

Também convido a compor a Mesa: o Tenente Coronel PM Alexandre de Resende Silva, Diretor do Departamento de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Secretaria Municipal da Saúde; Sra. Marília Ramos, representando a Porte Engenharia e Urbanismo.

Faremos uma apresentação agora que sirva como introdução para as pessoas. Então, podemos nos postar nas cadeiras à frente. Chamo à frente o Sr. Clebson Charles de Menezes, da Associação Geral do Centro. Encontra-se presente? (Pausa)

Nós faremos também todas as inscrições, para que as sugestões possam ser depois encaminhadas pela comissão, por meio do Vereador André Santos, e da subcomissão, por meio do Vereador George Hato, para que a gente possa fazer esse encaminhamento, de forma que nós tenhamos ouvido todos os representantes aqui presentes das associações de moradores do bairro e de moradores de outras regiões da cidade, para que a gente tenha a composição.

Então, eu peço a gentileza a todos que quiserem se manifestar fazerem a inscrição aqui ao lado, nas informações, e que depois ali, em três minutos, possam fazer as suas sugestões para o Plano Diretor, essa revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. Vamos nos posicionar ali.

Com certeza, esse é um grande desafio, um desafio que nós vamos ter, para que tenhamos uma São Paulo melhor, uma São Paulo mais inclusiva, uma São Paulo onde nós

tenhamos ali a chance de serviços públicos juntamente com novas ideias, com empreendedores das nossas regiões de toda São Paulo, que possam trazer benefícios para a cidade e que possam sim serem aplicados em outros bairros, como as confluências de serviços próximos a transportes públicos e as confluências de serviços em vias de grande acesso, onde as pessoas possam ter ali um trabalho do Poder Público direcionado para a resolução dos seus problemas, dos problemas da cidade e dos problemas que os equipamentos públicos possam ali estar bem próximos e lógico como uma solução para a sua vida.

Nós sabemos que de todo o trabalho que está sendo feito, são 48 audiências públicas na cidade e coube à Presidência do Vereador André Santos, na Comissão da Saúde, da Promoção Social da Saúde e da Mulher, essas audiências, onde cada Vereador teve o seu local onde poderia fazer essas aplicações e trazer os públicos, para que pudessem ali conhecerem novas ideias e novas estruturas, para que possam ali ser sugestões e que possam depois serem encaminhadas. Essas sugestões vão ser encaminhadas e vão poder sim depois ser discutidas, no plenário da Câmara, com todos os Vereadores.

Então, é importante demais que nós tenhamos essas inscrições e é importante demais que nós tenhamos sim a participação popular. Isso sim vai ser fundamental, para que a gente tenha uma cidade mais inclusiva, mais moderna e, com certeza, respeitando todas as ações e a legislação vigente, para que a gente tenha sempre os melhores serviços aplicados na cidade de São Paulo.

A nossa comissão então está no Estatuto da Cidade, na Lei Federal 10.250, onde essa revisão, a cada dez anos, deve acontecer na nossa cidade de São Paulo, com o objetivo de que a gente possa trazer ali as estratégias de moradias, infraestruturas e serviços públicos, estimulando atividade econômica e meio ambiente.

Passamos aí por diversas dificuldades na época agora do verão, por exemplo, na parte de meio ambiente, com enchentes e com obras que podem ser feitas, com sugestões que podem ser feitas em diversos tipos e ações da nossa cidade, na segurança, na proteção da mulher, na proteção social e nos equipamentos de saúde. Eu tenho certeza de que nós vamos

ter ali muitas e excelentes sugestões. Isso cada um pode escolher agora, pode entrar na sua plataforma, pelo seu próprio telefone, junto ali no Plano Diretor da Prefeitura de São Paulo, fazendo com que a gente tenha toda a legislação que está sendo discutida, ali já presente. É lógico que elas vão ter ainda todas as emendas dessa lei e todas as sugestões que possam ser aplicadas, para que a gente tenha ali uma excelente revisão e uma melhor legislação da nossa cidade.

Nós temos etapas. A primeira etapa é onde o município apresentou à sociedade o diagnóstico de aplicação do Plano Diretor Estratégicos. Nós temos o município que recebeu a proposta da sociedade civil e nós estamos já na etapa três.

Apresenta uma minuta com propostas de ajustes do Plano Diretor novamente à população, que participa ativamente. Olha o papel importante que temos para que façamos essa revisão de uma forma correta, de uma forma séria, e que nós tenhamos, ali, sim, os benefícios da nossa legislação.

Lógico, quando você acessar, você vai ver o PL 127/23, você tem acesso ali, é um projeto que é bem ampla, por isso não daria para ficar expondo todas as partes da lei, mas, com certeza, teremos as sugestões e, assim, enviar rapidamente essas propostas, tendo ali, ouvindo todas as camadas da sociedade, nesse desafio que é a própria cidade de São Paulo.

São Paulo é a maior cidade da América Latina, uma das maiores do mundo, talvez até a maior cidade do Hemisfério Sul, no planeta. Temos desafios? Lógico. Sociais? Maiores ainda. Mas tenho certeza de que muitas boas ideias que são aplicadas em determinadas regiões podem, sim, ser exemplos para que as outras sejam tão desenvolvidas e estejam próprias para o recebimento dos grandes serviços que podemos propiciar.

Então gostaria que pudéssemos ter alguma reflexão a isso. Reflexão, por exemplo, das inserções e todas as ações sociais que podemos brigar e, assim, mudar, para que nossa cidade seja cada vez melhor. E faz parte do nosso papel. Faz parte também das nossas ações ter essa responsabilidade. Aliás, vejo assim, não vejo só como uma sugestão, eu vejo como uma responsabilidade de todos os cidadãos, de todas as pessoas que moram nessa cidade, de cuidar

melhor dela. Ainda assim, precisamos ter o emprego legal, e o emprego legal precisa ser empostado através dessa nova revisão, tendo disponível os caminhos que a cidade de São Paulo vai fazer nos próximos dez anos para que possamos melhorar essa metrópole, que mora no coração de todos nós.

Para isso, então, gostaria de lembrar que temos: alguns equipamentos; grupos de pessoas socialmente vulneráveis; serviços que podem ser ampliados; algumas práticas muito legais que existem na cidade, mas que não em muitos bairros que nem têm ideia de que aconteçam; então, dessa forma, conseguimos trazer como vamos fazer essa reflexão, no sentido de como o Plano Diretor Estratégico poderia melhorar esses serviços públicos, fazer essa interligação, essa interface, com os novos empreendedores da cidade.

Inclusive, saber melhor porque alguns bairros são mais procurados para se morar, enquanto outros bairros são menos procurados. Será que os bairros que não possuem tanta procura, eles não precisam dessas ideias espalhadas para toda a região? Essa é a reflexão que temos de fazer e, com certeza, não discriminar nenhum tipo de sugestão. Todas as sugestões precisam ser aplicadas de uma maneira correta, de uma maneira que as pessoas terão a voz. Ter a voz para que possam mudar as suas vidas e, principalmente, nos próximos dez anos, termos excelentes serviços espalhados por toda a cidade de São Paulo.

Tenho aqui alguns exemplos. Por que não? Grandes prédios. Chamei alguns, que poderão ser, administradores dos equipamentos públicos. Chamei meu amigo, o Coronel Carlos Alberto de Camargo Jr., Comandante de todo o Corpo de Bombeiros da Região Metropolitana. Quais os desafios que ele tem, por exemplo, para apagar um incêndio, retirar as pessoas num prédio de 172 metros? Temos os desafios. Os desafios foram lançados pelos empreendedores e o Poder Público precisa estar antenado para resolver isso.

Conversando com a Marília, perguntei a ela qual o problema dessa edificação ter uma base, por exemplo, do SAMU, do Coronel Rezende que, hoje é o Diretor do SAMU São Paulo. Ele respondeu: “Nenhum. Acho que há necessidade de termos essa interface entre os serviços e, principalmente, para que a população seja a melhor beneficiada”.

Convidaria para que todos retornassem e começássemos, então. Vamos às discussões, às sugestões, e tenho certeza que teremos, aqui, uma grande possibilidade de sugestões importantes. (Pausa)

Vamos ver, agora, o vídeo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Desculpem, mas é exatamente para que o público presente possa entender quais são os trabalhos que nós vamos ver. A falha foi minha, Vereador André Santos; mil perdões. Mil perdões, Marília e Coronel Camargo.

- Apresentação audiovisual.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – Passemos, então, à primeira explanação.

Gostaria de convidar o Coronel Carlos Alberto de Camargo Júnior para que pudesse fazer essa primeira explanação em relação as sugestões do novo Plano Diretor da cidade de São Paulo.

O SR. CARLOS ALBERTO DE CAMARGO JÚNIOR – Bom dia a todos. Bom dia, nosso Vereador Bombeiro Major Palumbo; nosso Vereador André Santos, parabéns pela condução do trabalho; aos nossos integrantes da Mesa e todos os presentes.

Plano Diretor é ocupação de solo, Plano Diretor é busca de bem-estar social, de qualidade de vida, de melhor ocupação. É planejamento futuro para uma cidade melhor.

Vim aqui, tanto para responder qualquer dúvida, pergunta, referente ao serviço de segurança, serviço do Corpo de Bombeiros, mas também para trazer algumas sugestões. Quando falamos de bem-estar social, o bem-estar e a qualidade de vida também estão ligados à segurança. E acho que é um componente que precisa estar no nosso Plano Diretor. O nosso Corpo de Bombeiros é sempre lembrado na resposta, atendemos muitas ocorrências, incêndios, resgates e salvamentos. É um trabalho diuturno, mas também temos de trabalhar na prevenção e na proteção. Temos alguns serviços para isso, serviço de educação pública; o serviço de

segurança contra incêndio, e esses dois serviços visam que o sinistro não ocorra, que tenhamos menos incêndios e menos acidentes.

E como podemos colocar isso no Plano Diretor? Nós emitimos, em 2022, 14 mil licenças do Corpo de Bombeiros, atestando que aquela edificação está segura no momento da vistoria. Foram feitas 22 mil vistorias, mais de 500 para eventos temporários, esses shows que acontecem e que são cercados, não são aqueles abertos, mas aqueles que são cercados, têm controle de acesso.

Realizamos, também, no serviço de prevenção a fiscalização. Fiscalizamos mais de 5 mil empreendimentos, 5 mil edificações. Porém, infelizmente, ainda temos um total, na cidade, de 5 mil incêndios por ano, em 2022, foram 5 mil. Se dividirmos 5 mil por 365, vai dar uns 13 incêndios por dia. Desses incêndios, muitos são em residências, onde não temos um controle, em veículos, em terrenos, mas também temos alguns incêndios em edificações que tinham ou que deveriam ter a licença de bombeiro.

Então, como podemos melhorar isso e usar o Plano Diretor, essa ferramenta formidável para que possamos diminuir o número dos incêndios. Como uma sugestão, temos um conceito no Plano Diretor que se chama Polo Gerador de Tráfego. Por quê? Porque o tráfego vai mexer, um tráfego pesado vai mexer na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas. Mas, sugiro que se crie e adote também o Polo gerador de risco nos mesmos moldes, porque os empreendimentos são montados e eles causam um impacto em geral no dimensionamento da resposta do Corpo de Bombeiros, da prevenção. Alguns em zonas da cidade que permitem indústrias, permitem depósitos, permitem comércios, e trazem consigo um aumento da carga de incêndio. Ou seja, tudo aquilo que pode pegar fogo, se eu tenho um depósito, uma indústria, ou qualquer outra atividade econômica, eu gero esse impacto.

Então, esse Polo gerador de risco serviria para que obtivéssemos um coeficiente de melhoria, que seria custeado pelos novos investimentos para a instalação de hidrantes na cidade, instalação e recuperação. Temos alguns hidrantes na cidade, precisamos de muitos mais, há muitos anos que não se instalam hidrantes na cidade de São Paulo. Temos hidrantes que

precisam ser recuperados, temos hidrantes subterrâneos que precisam ser transformados em hidrantes de coluna, esse hidrante tradicional que vemos na esquina. Isso é uma facilidade.

Temos uma viatura que se chama Auto Tanque. É uma viatura, um caminhão que leva uma quantidade grande de água. E por que temos de ter essa viatura operando? Porque há lugares na cidade onde não há hidrantes, então eu tenho que levar água. Agora, se tivesse hidrante na cidade, as viaturas já se conectariam e não precisaria correr uma viatura de locais distantes, em velocidade até aumentada, muitas vezes, pela emergência, para fazer essa captação de água.

Isso ficaria muito fácil com o conceito polo gerador de risco, porque o empreendimento contribuiria com um hidrante na localidade, com dois hidrantes, com uma reforma de hidrante, com a transformação de hidrantes, e eu acredito que seria muito útil para o Corpo de Bombeiros, aumentando a segurança e, quando ocorrer sinistro, haveria uma resposta mais rápida do Corpo de Bombeiros.

Eu falo desse polo gerador de risco e desse percentual que poderia ser empreendido pelos novos construtores, porque também ele tem um viés para habitações sociais. A habitação social é isenta do sistema de hidrantes, só que ela é isenta do jeito que é concebida e a gente sabe que o cenário muda ano a ano: As pessoas recebem a habitação social, organizam-se em condomínio, os anos passam e eles sobem os muros do condomínio para gerar mais segurança. E quando muda o condomínio, impede a entrada do Corpo do Bombeiros.

Na cidade de São Paulo, hoje, existem alguns condomínios onde a viatura tem que parar e estender 300 metros de mangueira, caso ocorra um incêndio no último apartamento do último prédio mais distante. Então, esse polo gerador de risco, que seria um coeficiente de contribuição, também poderia custear a instalação de tubulação seca nessas habitações sociais já existentes. O Corpo de Bombeiros já trabalha nisso, então o Plano Diretor pode contribuir também, definindo que as novas habitações sociais já venham com essa tubulação seca.

Só para vocês entenderem sobre essa tubulação seca, existe um registro chamado registro de recalque na rua, na calçada, na entrada do condomínio, onde o bombeiro injeta água

dentro. E, na frente de cada apartamento, tem um hidrante que poderia ser abastecido com a própria água do Corpo de Bombeiros ou de um hidrante próximo. Isso garante uma agilidade maior para que o bombeiro consiga apagar um incêndio e vai deixar aquela população da habitação social – muitas vezes contendo 1.000 pessoas, 2.000 pessoas, morando lá – muito mais segura. Essas são algumas sugestões que a gente pode encaminhar e esclarecendo aos senhores sobre o trabalho do Corpo de Bombeiros, a preocupação do Corpo de Bombeiros.

Existem fatores geradores de incêndio que, na maioria das vezes, é: falta de manutenção e comportamento. O comportamento é quando a pessoa sobrecarrega a rede elétrica, usa de forma incorreta o GLP e a gente tenta corrigir com educação pública. Mas a parte de manutenção é o nosso serviço de segurança contra o incêndio, é tanto a fiscalização, como medidas como essas que estão sendo propostas e que podem mudar a história da segurança e salvar vidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Excelentes sugestões.

Tem a palavra o Sr. Valdizar Albuquerque da Silva, representante do Sintesp.

O SR. VALDIZAR ALBUQUERQUE DA SILVA – Obrigado, senhores.

Parabéns pela exposição. Vereador, parabéns pela condução dos trabalhos, oportunidade única de a gente discutir temas para a nossa cidade.

Saúde: completo bem-estar físico e mental. Essa é a definição de saúde. A Organização Mundial da Saúde definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico e mental. Isso é uma utopia, o completo bem-estar físico. Como ser completo? Como alcançar saúde numa cidade que nos adoecer?

No dia 28 deste mês será o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidente de Trabalho e Doenças pelo Trabalho. E quando se fala em doença, o que mais acomete os trabalhadores hoje é a doença mental. Não é fácil pegar ônibus, trem, sair do extremo de Lajeado e vir trabalhar no centro.

O Plano Diretor tem que pensar como as pessoas vão viver bem numa cidade em

que têm que produzir recursos e riquezas e não gastar o que se produz tratando da própria saúde. Hoje, na cidade de São Paulo, é isso. A cidade de São Paulo é um grande risco. Ela adocece as pessoas.

Como a gente vai se organizar? Acho que o primeiro ponto, sem dúvida alguma, senhores, eu tenho certeza de que sairão propostas excelentes que serão colocadas no papel. Mas o Plano Diretor vigente não é ruim. Ele só não é cumprido. No papel, cabe tudo, mas, na prática, quando temos que colocar é muito difícil.

Então, esse é o apelo que coloco aqui: vai sair um Plano Diretor bom, mas vamos cumpri-lo, porque as pessoas adoecem porque vivem mal, porque estão jogadas nos pontos periféricos.

Vindo para cá, me lembrei de que em 86 cheguei do Ceará. Fui morar na Favela do Colonial, num barraco dentro de um córrego, passei por lá há três anos, e estava do mesmo jeito. Não mudou nada. A gente só piora.

A cidade de São Paulo está se tornando uma grande favela. São poucas áreas que temos regularizadas. O bairro de Guainases inteiro é de ocupação irregular. As pessoas ocupam as margens do rio. Isso adocece as pessoas. A gente precisa cumprir as regras.

Feito isso, precisamos recuperar os nossos mananciais, as áreas de APP. As pessoas estão morando lá porque gastam menos, mas adoecem. As pessoas se deslocam muito de irem a uma distância muito grande para trabalharem. Precisamos descentralizar os empregos, organizar as pessoas em torno de onde geram riqueza e renda e que tenham cultura e lazer nessas áreas.

A gente precisa ter uma cidade organizada dentro dos padrões da licitude. E o que é ilícito? A gente tem que ir trabalhando aos poucos. Não é desabrigar, tirar e desapropriar. É aos poucos. Nós temos 450 e poucos anos da cidade de São Paulo. No mínimo, a gente vai levar uns cem anos para recuperar. Mas temos que fazer essa proposta para começar a fazer.

Para concluir: as pessoas adoecem na cidade onde moram ou onde trabalham. As empresas que geram emprego e renda têm grau de risco 1, 2, 3 e 4. Isso tem que ser considerado,

Major. As empresas têm que fazer a prevenção dos acidentes e doenças no trabalho. Isso tem que ser considerado quando dão uma licença a uma empresa, porque o Corpo de Bombeiros sabe: ou atende os acidentes na rua ou vai buscar as vítimas de acidente de trabalho nas empresas. As empresas estão matando e adoecendo nossos trabalhadores. Isso tem que ser considerado no funcionamento das empresas na cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado.

Por compromissos anteriores assumidos, eu gostaria de agradecer a presença do Vereador Presidente da Comissão da Proteção Social, Saúde e Mulher, André Santos. Agradeço a presença, Vereador.

Gostaria de convidar o Sr. Osnir Pandoro, do Conselho Participativo da Penha para compor a Mesa.

Convido para fazer a sugestão a Sra. Marília Ramos, representante da Porte Engenharia e Urbanismo.

A SRA. MARÍLIA RAMOS – Bom dia a todos.

Primeiramente, queria agradecer o convite do Major Palumbo para sediarmos esta audiência pública. Nós acreditamos que essa discussão é importantíssima. O nosso propósito da Porte é o desenvolvimento humano por meio da transformação urbana. Então, a gente acredita que é isso: as necessidades das pessoas é que fazem a cidade se transformar e se completar com tudo o que as pessoas precisam.

Com relação ao tema de saúde, promoção social, trabalho e mulher: é fundamental que o Poder Público esteja em consonância com o privado, principalmente, no Plano Diretor. Por exemplo, a manutenção dos benefícios que ele gera para poder desenvolver esse tipo de equipamento para a cidade. O benefício do coeficiente de aproveitamento, de isenção de outorga onerosa para que, cada vez mais, os empreendedores consigam desenvolver isso para a cidade.

A Porte se preocupa muito com isso. Nós temos um departamento de ciência urbana que analisa dados, a necessidade das pessoas, o que a região e as pessoas precisam para desenvolvermos os nossos empreendimentos.

Temos empreendimentos, como o Urman, que vocês puderam observar e que será desenvolvido neste local em que estamos e que tem diversos usos, são quase 12 usos. Tem um empreendimento, ao lado, que estamos construindo e que vai ser dedicado à saúde. E eu acho que, cada vez mais, isso precisa estar em consonância com o Poder Público, com a Prefeitura, para a gente entender os dados da cidade e tudo o que precisa ser desenvolvido.

Como sugestão, realmente temos a manutenção desses benefícios de isenções, porque os custos, como vocês devem imaginar para produção disso tudo também são altos. Então esses benefícios ajudam e propiciam que o poder privado consiga desenvolver esses equipamentos para a cidade. Também tivemos aqui a colaboração dos nossos colaboradores falando sobre garantir segurança através de melhoria da iluminação pública, melhoria nas vias públicas.

Uma coisa que a gente acredita também, a fachada ativa, uma cidade sem muros, uma cidade em que você tenha os olhos que vigiam. Então para que as pessoas que ocupam aqueles empreendimentos e ocupam aquelas fachadas ativas consigam também garantir a segurança de quem está circulando na via pública. Isso é fundamental.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Excelente. Chamamos agora, para que possa fazer a sua sugestão, o Coronel Alexandre de Resende, Diretor do SAMU São Paulo.

O SR. ALEXANDRE DE RESENDE SILVA – Vereador Palumbo, muito obrigado pelo convite. A todos os presentes, muito bom dia.

Hoje nós estamos com a responsabilidade de dirigir o maior SAMU da América Latina, que é o SAMU de São Paulo. Hoje nós temos atuando, na cidade de São Paulo, 122 ambulâncias e 36 motocicletas, mas, por outro lado, temos uma cidade imensa e quase 13 milhões de pessoas que podem eventualmente precisar do serviço do SAMU.

Em decorrência das dificuldades do dia a dia, e essas dificuldades nós podemos dizer que são o tempo resposta para poder atender uma pessoa no menor tempo possível, a distância

do local da base do SAMU até o local dessa ocorrência, e a grande concentração populacional em algumas regiões. Diante dessas condições apresentadas por uma megalópole como São Paulo, o SAMU com 122 ambulâncias e 36 motocicletas, para hoje, precisa dobrar esse número. Caso contrário, nós não vamos conseguir atender toda a demanda, que hoje passa de mil ocorrências por dia.

Em razão disso, o Plano Diretor vem ao encontro da necessidade do SAMU de colocar uma base, colocar uma ambulância, colocar um recurso para a população mais próximo dos bairros, mais próximo de quem necessita. Neste momento, se alguém passar mal, eu tenho uma base no Tatuapé e uma base na Mooca, está fácil. Agora, e se eu estiver na periferia? Como a gente faz?

Quanto tempo eu vou demorar para me deslocar em razão do trânsito no horário de pico? Então eu tenho certeza de que o Plano Diretor pode muito ajudar o SAMU de São Paulo, um serviço tão importante para a sociedade, a se aproximar da população.

Nós temos viaturas de suporte avançado, suporte intermediário, viaturas com médicos, enfermeiros, temos motocicletas. Será que a gente consegue levar esse equipamento e pulverizar esse equipamento na cidade? A nossa programação dentro do SAMU para os próximos dois anos é de dobrar esse efetivo e esses recursos que estão à disposição da sociedade. O problema é onde colocá-los.

Nesse sentido, a parceria público-privada vai ser extremamente importante para que nós consigamos alocar esses recursos de acordo com a maior concentração de ocorrências que nós temos. Nós temos um mapa termal, já temos esse estudo, já sabemos onde estão as pessoas que mais precisam do SAMU e onde o SAMU mais demora para atender. Essa é a maior preocupação de todos hoje, quanto tempo o SAMU vai demorar para chegar e atender essa ocorrência.

Tenho certeza, Vereador, de que esse trabalho em conjunto - e a nossa sugestão é essa -, que a parceria público-privada seja uma opção, seja algo que seja possível não só para a Prefeitura, mas também para o particular. Acredito que o trabalho junto às comunidades locais

vai ser muito importante para a gente definir novos locais de integração e inclusão de bases novas do SAMU. Esse é o nosso trabalho e essa é a nossa sugestão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Excelentes sugestões.

Gostaria agora de passar para mais uma pessoa da nossa lista de presença, o Sr. Osnir Pandori, Conselho Participativo da Penha, para que possa dar a sua sugestão.

O SR. OSNIR PANDORI – Bom dia a todos. Bom dia, Vereador. Bom dia, Mesa.

Primeiro eu gostaria de elogiar o trabalho voluntário, não voluntário, mas participativo da Polícia Militar, mais precisamente dos Bombeiros. É uma profissão que você não escolhe, você tem que ter o dom para isso, porque a pessoa que vai socorrer, tanto no caso do SAMU, ela não vê se é branco, negro, homem, mulher; ela vai e faz o auxílio. Então eu gostaria de agradecer a esse Corpo que é muito importante.

Continuando, eu sou Conselheiro Participativo da Penha, é uma colocação da população e a gente briga muito para que isso aconteça. A gente ouviu falar do socorro, muito importante, infinitamente importante. E nós temos realmente, em questão de saúde, um vácuo muito grande em alguns pontos.

Eu já gostaria de elencar a Comissão de Saúde ir ao Tatuapé. Nós temos a área ali do Parque São Jorge, nós não temos uma Unidade Básica de Saúde e é muito necessário. Nós temos uma área que foi incorporada à Penha, que o povo está indo para lá, então a gente precisa. E esse Plano Diretor não é um novo, ele é uma reprogramação do que foi feito anos atrás e, realmente, muitas coisas deixaram de ser observadas. Essa Unidade Básica de Saúde, por exemplo, que é muito necessária para o pessoal do Tatuapé, principalmente para quem mora do lado de lá da Radial, precisaria ser muito bem-vista.

Outra situação que é importante e eu não ouvi falar ainda é, na questão de saúde, nós não temos equipamento para idosos; falta, é carente o equipamento para idoso. A gente tem uma população maior de idosos do que a população inteira de Guarulhos, votantes, e nós temos essa população de idosos na cidade de São Paulo. Então é muito importante que se olhe

para isso, para equipamentos para idosos, porque nós estamos envelhecendo. Hoje não, muitos não, mas daqui a alguns dias muitos estarão com um pouquinho mais de idade, necessitando dessa situação.

E como o nosso nobre bombeiro falou, SMUL precisa realmente tomar mais cuidado com o que faz. Nós temos um polo gerador que foi liberado pela Prefeitura na Marginal. Nós temos lá 10 prédios de apartamentos onde o Corpo de Bombeiros não consegue entrar se houver chamado por causa de incêndio. Nem o lixeiro consegue entrar. Para o caso de ambulância precisa pedir licença e muito favor.

Agora, estão sendo construídas mais 10 torres, 1.492 apartamentos, que não têm nem mobilidade, nem ônibus para passar na porta. As pessoas vão comprar esses apartamentos, depois vão reclamar porque não têm ônibus na porta, nem tem saída porque estão na Marginal. Poxa, mas na Marginal? Não tem. Marginal sentido Dutra.

É muito importante que a Prefeitura e a SMUL na hora da liberação dos empreendimentos analisem e se comprometam com essa mobilidade. Até porque no caso de um incêndio o Bombeiro não vai chegar com facilidade, assim como a ambulância.

Os empreendimentos estão lá, liberados para construção. São sete torres e já estão com volume muito grande de produção.

A revisão do Plano é importante para reconstituir as falhas que foram feitas ou deixadas de ser vistas no Plano anterior.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado. É importante ressaltar que todas as sugestões estão sendo registradas pela equipe da Câmara Municipal de São Paulo, que está presente.

A próxima chamada é a Sra. Sonia Maria Franco, do Núcleo de Convivência para Idosos Coração Materno.

A SRA. SONIA MARIA FRANCO – Muito obrigada a todos.

Eu moro na zona Norte, num lugar difícil, mas nós fizemos dele uma grande

comunidade. Agradeço ao Núcleo de Convivência para Idosos, no Jardim Princesa, onde já estão registrados 200 idosos para participarem das atividades.

Temos atividades de segunda a sexta, pela manhã e à tarde. O problema é que aquele local se tornou pequeno para acolher todas as pessoas que querem estar lá. Naquele lugar eu me curei da depressão. Agradeço à minha amada Diretora Elaine Cristina, uma pessoa maravilhosa. O nosso Major e os meninos a conhecem.

Terça-feira passada ocorreu uma coisa que há 15 anos não acontecia. No dia daquela chuva o Núcleo ficou cheio de água. Ligamos para a Diretora Elaine Cristina e, em 10 minutos, não sabemos como, mas ela veio para ajudar na limpeza. Pensamos o seguinte, nós idosos estamos lá dentro, enche o lugar, o que nós vamos fazer? Pedir socorro?

Estou, neste momento, pedindo a todos, se possível, um lugar maior para o Núcleo de Convivência para Idosos, porque eu acho que nós idosos merecemos mais respeito, saúde, consideração.

Há pessoas de 50-55 anos que vão na porta pedir e perguntam: Eu não posso me matricular aí? Eu não posso conviver com vocês? Não pode, porque a permissão é para pessoas de 60 anos para cima.

Seria possível aumentar o nosso Núcleo para que pudéssemos receber pessoas de outras idades? Seria uma sugestão.

Eu agradeço a compreensão de todos. Quero dizer que o idoso é um jovem que venceu. Se hoje há várias construções, foram os idosos que trabalharam para conseguir construir. Os jovens de hoje não vão passar pelo que nós idosos passamos.

Agradeço a todos. Desculpem-me se não falei o que vocês queriam ouvir, mas eu agradeço demais ao senhor, Vereador Bombeiro Major Palumbo, e à Elaine, porque, embora não tenha idade, é a nossa mãezona. Temos mania de brincar com ela. Está todo mundo conversando, fazendo fofoca, como os professores dizem. A Elaine chega e faz, “assim”. Você não escuta um “x”. É porque ela é brava? Não, é porque ela impõe respeito no lugar. São três coisas que ela fala: a amizade, o respeito e a verdade. É o que nós temos no Núcleo de

Convivência para Idosos Coração Materno. Realmente, lá é um coração materno, mesmo. Só precisamos de um lugar maior, se possível, porque há muito mais idosos que precisam. No ano passado, até o posto de saúde foi lá para tirar exame de sangue nosso.

Aproveitando, falando em posto de saúde, desculpem-me pelo assunto que está por fora, mas o Jardim Damasceno começou em 1978. Até hoje, há a promessa de um posto de saúde. Nunca! Está lá: “Ah, vai se fazer um posto de saúde neste ano”. Nós estamos falando. Eu estou com 75 anos. Será que eu vou chegar a ver um posto de saúde no lugar onde eu moro? Quando eu preciso do posto de saúde, eu tenho de mudar de bairro. Eu tenho de ir para outro bairro para poder ser atendida. Isso é quando não acontece de eu marcar consulta e, chegando lá, fico sabendo que o médico não pôde ir, porque é muito longe. Então, não sei se é mais respeito ou se é consideração para os idosos o que eu gostaria que houvesse.

Torno a falar: no Núcleo de Convivência para Idosos Coração Materno nós temos amor, amizade, compreensão e carinho dos nossos grandes amigos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado, Sra. Sonia Maria. Vamos chamar, agora, o Sr. Adilson Goulart, do Condomínio Jardim das Camélias.

O SR. ADILSON GOULART – Bom dia a todos. Meu nome é Adilson. Eu sou do Condomínio Jardim das Camélias. Estou representando o Jacó, que é o síndico e não pôde vir. O que eu tenho para dar de sugestão é quanto ao transporte público. Sugiro que parem fora do ponto de ônibus, principalmente para os idosos, para as mulheres e para pessoas com alguma deficiência. O que acompanhamos e vemos, no dia a dia, é que não acontece isso e eu acho que, desde que solicitado pelo passageiro ao motorista, não custaria nada ele parar para uma pessoa deficiente que tenha algum problema.

Então, era isso o que eu tinha para falar. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado, Sr. Adilson. Chamamos, agora, a Sra. Irenise de Sousa.

A SRA. IRENISE DE SOUSA – Bom dia.

É um prazer cumprimentar todos. Obrigada, Vereador Bombeiro Major Palumbo, pelo convite. Cumprimento o Coronel Humberto.

Eu penso que estamos tratando de um assunto que seja globalizado à cidade de São Paulo, e não exatamente só assuntos pontuais. Uma das maiores deficiências que nós temos – e eu acredito que a maioria, aqui, nem deva utilizar – é a saúde pública. Desculpem o termo, mas os postos de saúde são um lixo. São uma sujeira. Não têm todos os recursos de que as pessoas precisam para se tratar. Não têm nem médicos. Médicos vão lá, batem o ponto e vão embora – isso quando eles não agendam cem consultas dentro de um prazo de duas horas. O médico não te olha. Ele começa prescrevendo dizendo: “olha a minha situação é “x”.

O que eu gostaria que incluísse nesse Plano Diretor? Fizesse uma revisão do sistema de saúde da cidade de São Paulo que está um caos. Colocar mais recursos, porque não adianta ter um clínico, ele pedir um RX e a pessoa ter que agendar para depois de um ano, porque daí ele vai conseguir passar em uma consulta novamente dois anos depois. Está tudo errado.

Colocar recursos dentro das Unidades Básicas de Saúde, mais médicos e médicos bem pagos. Não aquele médico que atende uma consulta em cinco minutos sem sequer olhar para você. Não faz uma consulta decente.

Outra questão que acredito ser importante é o melhor controle dos gastos da cidade, dos recursos. Para onde estão indo as verbas? Quem controla? Realmente a verba está indo para a saúde? Por que não se faz uma reforma estrutural nos postos de saúde? Quando ainda era administrado pelo estado era mais ou menos, depois que passou para a Prefeitura administrar, acabou. Não tem mais saúde pública decente. Estamos falando da saúde. A saúde não é só da mulher. É do ser humano como um todo. E a maioria das mulheres tem dois turnos, e nenhuma de nós consegue passar sequer em um clínico. Imagine no ginecologista, etc. Porque não tem recurso, ou você paga particular, porque saúde pública você não tem.

Acredito que esses dois pontos são fundamentais. O controle de verba para onde está indo. Quem controla isso? Quem sabe para onde estão indo os recursos? Na saúde não chega. E a reforma de todas as unidades básicas para que tenha um atendimento de qualidade.

Muito obrigada, Major.

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Excelente, D. Elenice. Muito obrigado.

Sra. Katia Molina, conselheira do CEU Parque do Carmo.

A SRA. KATIA MOLINA – Bom dia a todos. Obrigada pelo convite.

Quero falar em nome dos moradores do bairro do Parque Savoia. O Major já me acompanhou em uma situação. Pedi apoio de algumas autoridades, tivemos um embate e o bairro continua precisando de apoio e de ajuda. O bairro não tem um equipamento público. Não temos uma UBS, não temos atendimento de transporte, temos no entorno.

Nós precisamos aproveitar a oportunidade de revisão do Plano Diretor e dizer que as nossas crianças precisam brincar. As nossas crianças têm o CEU Parque do Carmo, o Sesc. Ótimo, mas como irão até esses lugares? Elas não têm transporte para isso, não têm transporte escolar para escola. As TEGs funcionam muito bem, mas as vagas são poucas, e é um poder discricionário da diretora. A diretora reserva vagas para aquele “x” de alunos.

A população vem aumentando, o número de crianças nas escolas também, mas o número de vagas de TEGs permanece o mesmo. Essas mães sofrem para levar seus filhos à escola. Elas se organizam em turnos, uma leva, outra busca, sendo que a Prefeitura poderia aumentar o número de vagas das TEGs e essas mesmas TEGs poderiam conduzir as crianças, aos finais de semana, para as áreas de lazer. Elas poderiam ter acesso às áreas de lazer que estão disponíveis.

Há as turmas de dança e de cultura de várias unidades do CEU. Eu sou conselheira do Parque do Carmo, mas várias unidades estão com o mesmo problema. Não temos crianças brincando. Não temos crianças fazendo aula, só os idosos. As nossas crianças estão presas no celular. Está errado isso. O equipamento público é no bairro vizinho, mas as crianças não têm acesso. As mães não têm como levar e eu não posso julgar essa mãe, porque essa mãe precisa trabalhar. Como essa mãe faz? Ou ela trabalha para alimentar essa criança ou ela leva a criança para brincar.

Então as Organizações Sociais poderiam fazer esse trabalho com monitores. Isso é uma conversa que se poderia ter para evoluir com isso e as mães terem a tranquilidade de verem os seus filhos aprendendo novas profissões, novas carreiras, porque tem uma gama enorme de cursos e possibilidades e não temos jovens nesses cursos. É muito sério isso e talvez o transporte seja um dos motivos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Obrigado, Sra. Kátia Molina.

Agora gostaria de chamar aqui a Conselheira da UBS do Jardim São Carlos, Sra. Cristiane Souza.

A SRA. CRISTIANE SOUZA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer, porque sempre o Marco Aurélio me ajuda nas necessidades que precisamos, lá do bairro, o Major também sempre presente.

Hoje, a minha sugestão: não adianta fazermos campanhas para prevenção do câncer de útero e seios se os atendimentos, depois que os exames são feitos, não têm uma procedência. Eu mesma estou na fila ginecológica há três anos aguardando cirurgia. Outra situação foi fazer biópsia. Eu fiz a biópsia e estou aguardando o retorno há dois anos, quer dizer, quando eu retornar ao médico, o exame que eu fiz que valor terá? Nenhum.

Então, eu acho que está faltando muita comunicação entre o CROS, está faltando comunicação entre a regulação, porque tem casos de pessoas irem até o local, fazerem exames, e quando chega lá, em vez de ter sido comunicado antes, não, você entra na sala, passa com o médico, quando chega lá dentro, o médico olha para você e diz: “olha eu não faço esse exame aqui”.

Então, isso é uma falta de comunicação entre o CROS e as UBSs. Muitas vezes quem leva essa informação é o paciente que já gastou o tempo de ir lá. Às vezes, gastou um dinheiro que já não tinha para estar indo até o local. Então não adianta fazer campanhas e mais campanhas para prevenir o câncer se não tem a prevenção após os exames. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Obrigado, Sra. Cristiane Souza, Conselheira da UBS do Jardim São Carlos.

Eu gostaria de chamar aqui à frente a Sra. Celina Boschini, assistente social.

A SRA. CELINA BOSCHINI – Boa tarde a todos, obrigada pelo convite, ao Major, Coronel Humberto.

É o seguinte: sabemos que o problema de saúde hoje realmente está numa situação bem complicada, saúde e segurança. Eu morei no bairro do Ipiranga há muitos anos e hoje eu moro no Moinho Velho. O que eu tenho visto realmente é posto de saúde muito precário. Nós temos um somente no bairro do Moinho Velho, no Ipiranga. Perto do metrô gostaríamos de ter junto um prédio que realmente tivesse uma assistência a mulher.

Eu sou terapeuta floral, hoje em dia, e vejo a necessidade realmente da saúde da mulher, muito ainda mais das jovens que estão passando por momentos muito difíceis por comportamentos, pela pandemia que nós tivemos que deixou doente e sem emprego. Então, vejo as famílias realmente querendo ajudar os filhos e não podem. O que estamos vendo são infartos, mulheres doentes, não tem o atendimento adequado no Ipiranga e junto com o Moinho Velho nós temos um posto só. É carente demais, é pequeno ali. Como eu fico entre o Moinho Velho e o Ipiranga, ali no Alto do Ipiranga, se tivéssemos um prédio que acoplasse direitinho uma saúde mental digna para as pessoas que precisam seria bom. Não temos material para ajudar nos postos, hoje, para mobilidade de pacientes, de crianças, principalmente de jovens que eu vejo que são acidentados.

Outro dia eu vi, fiquei muito triste, Vereador, ali no bairro do Moinho Velho. Os idosos ali, é grande a população. Eles não têm um espaço de convivência. O bairro é residencial, mas não temos convivência. Eles estão jogados, os idosos. É uma judiação, porque não tem um lugarzinho para conversar, não tem um lugar para fazer a parte social. É muito grande o que está acontecendo na saúde e na segurança também. Tenho uma amiga que, infelizmente, nesta semana, foi jogada na calçada perto do posto. Ela ia caminhando para o posto com uma pastinha; o ladrão chegou, derrubou e foi embora. Ela estava com o rosto inchado, caiu, se acidentou,

ficaram uma hora para atender essa senhora. Chamamos o SAMU, lógico, mas a gente sabe que, sozinhos, a gente não faz tudo. A gente precisa realmente de pessoas que cooperem, que ajudem. A gente está se sentindo pesaroso de ver tanta judiação com os idosos.

Realmente, a saúde hoje é muito importante. Saúde mental, assistência aos idosos, assistência à mulher. Então, esses postos tinham que ser em um lugar somente. É isso. Moinho Velho, Ipiranga. Não se esqueçam. Está bem defasado. Por favor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Agradeço, Dona Celina.

Chamo à frente o Sr. Celso Vicente Silva, do Conselho Gestor da AMA UBS da Água Rasa.

O SR. CELSO VICENTE SILVA – Olá a todos. Obrigado pelo convite, Vereador. Muito obrigado também ao Major Bertolini. É

É o seguinte: eu sou membro do Conselho Gestor da AMA UBS Água Rasa, que também poderia ser chamada AMA UBS de todo o território. Porque nós envolvemos 90 mil pessoas na Água Rasa – esses são os dados -; só que nós temos uma amplitude de mais de 300 mil pessoas. A nossa unidade de saúde é praticamente um terço, nas minhas contas, da UPA Mooca, que hoje está atendendo cerca de 500 pessoas a 17 mil pessoas/mês. A AMA UBS Água Rasa atende em torno de 4 mil pessoas/mês. Então, nós somos suporte para a AMA UBS Água Rasa.

Estou aqui simplesmente para registrar e dizer a vocês o seguinte: nosso Conselho já atingiu pequenas vitórias, estamos atrás da grande vitória. A nossa grande vitória é a nossa ampliação e reforma, porque das 19 unidades do território ela é a penúltima a ser observada pela Supervisão Territorial de Saúde e Coordenadoria de Saúde.

Nosso Conselho gerou um ofício em 2021. Esse ofício não obteve resposta de nenhuma autoridade até hoje, nem do Prefeito, nem do Secretário da Saúde em plena pandemia, nem da Coordenadoria. Tenho só o apoio da Supervisão, o ouvido da Supervisão e, agora, do Vereador Bombeiro Major Palumbo, dos amigos que estão aqui e das autoridades e líderes do

território. A luta da AMA UBS Água Rasa está há três anos documentando a sua necessidade.

Agradeço a todos. É um prazer. Estou muito feliz de estar aqui e mais uma vez agradeço a todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Excelentes sugestões, Sr. Celso. Agradeço demais.

Chamo a Sra. Gileuza Balsimelli. (Pausa) Sr. Silvio, por três minutos.

O SR. SILVIO CESAR FRANCISCO – Bom dia.

Sou Silvio Cesar Francisco, venho representando o Jardim Pantanal, Subdistrito Jardim Helena, São Miguel Paulista. Venho pedir um pouco mais atenção. A Defesa Civil sabe muito bem o que nós passamos há uns dias, e a realidade nossa é essa: só lembram da gente quando chove. Essa é uma realidade quando nós estamos com a água no pescoço. Temos lá ainda famílias adoecidas por isso. Temos famílias que estamos ainda repondo tudo o que perderam, ainda estamos arrecadando com os nossos amigos e apoiadores moveis, roupas, utensílios, tudo. Teve família que não saiu da sua casa porque teve medo de perder tudo para ladrões. Por incrível que pareça, alagados invadiram as casas, levaram as coisas que conseguiram colocar acima da água.

A gente vem pedir essa atenção apenas. Nossas mulheres estão doentes, nossas crianças estão doentes, estão crescendo lá. Essa é uma realidade, a gente sabe que é um manancial, que é uma área invadida; porém, é uma realidade hoje. Só aparecem as pessoas lá em épocas de eleição. Então, nós viemos aqui pedir o apoio do Major, porque realmente estamos precisando.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Agradeço o senhor. Muito obrigado.

Convido para vir à frente a Sra. Taís Gomes de Queiroz.

A SRA. TAÍS GOMES DE QUEIROZ – Olá. Sou a Taís, liderança do Mirante Pirituba. Sabemos que temos um centro olímpico no Ibirapuera, que é um bairro de grande porte, rico, né.

Gostaríamos de colocar também um centro olímpico nas periferias, onde as crianças possam ter onde brincar. Que eles saiam do celular e das ruas também. Seria muito se tivéssemos isso na nossa região. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado, Taís.

Chamo à frente, para suas sugestões ao Plano Diretor, o Sr. Caíque Figueiredo Silva.

O SR. CAÍQUE FIGUEIREDO SILVA – Bom dia a todos.

Meu nome é Caíque Figueiredo. Sou do mesmo bairro da Vila Mirante, que fica a Noroeste da Capital. Tenho algumas sugestões, algumas ênfases sobre serviços prestados pela Prefeitura.

O bairro fica próximo à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães. Existe a avenida principal, que é a Avenida Miguel de Castro. É um vale. Quando a água vem, tivemos um problema grande, um buraco. Para esse buraco, foi feito o trabalho da Prefeitura, eles arrumaram o buraco, mas depois de ter dias ele estava aberto de novo. Então, o serviço está sendo prestado, mas não da melhor forma. Acho que a qualidade do material em si está sendo ruim. Então, peço a gentileza que os senhores possam fiscalizar isso, porque é importante. Às vezes, o serviço é prestado, mas com má qualidade.

Outra ressalva que quero fazer é referente ao SAMU. Eu já trabalhei como orientador socioeducativo aqui no Anhangabaú, eu sei como é a situação. Porém, quando eu trabalhava lá, não faz muito tempo, foi no começo do ano, teve uma ocorrência e demorou mais de 45 minutos para ser atendido. E estávamos no centro de São Paulo, do lado do Terminal Bandeira. Eu entendo a demanda, mas tem que existir uma solução. Eu entendo que tem muitas pessoas, eu entendo que nós precisamos desse serviço, é necessário. Esse é uma ressalva.

A outra ressalva é sobre a UBS que fica na Vila Mirante. A estrutura é péssima.

No tempo da vacinação, estavam sendo aplicadas vacinas fora da UBS. Então, é preciso de uma estrutura. O prédio tem a necessidade. Dá para se fazer uma coisa melhor, porém, no bairro agora, por meio do Fábio e dos Bombeiros, estão dando esse suporte para a gente. Agora a gente está tendo essa articulação. Então, eu espero que vocês deem atenção

para a Vila Mirante. É um bairro que tem uma avenida que tem quatro mercados de médio porte. Existe economia lá dentro. Existem alguns polos culturais, porém ainda está defasado. Tem de haver uma demanda maior. Nós precisamos de uma atenção maior. Existem alguns Vereadores que ficam sondando lá, mas não fazem um trabalho efetivo. Proposta todo mundo tem, mas tem que haver efetividade. Eu quero que vocês, pelo menos, deem uma atenção para o bairro da Vila Mirante, que fica na zona Noroeste de São Paulo. É um bairro bem localizado. Existe um córrego que está ao lado de uma escola a céu aberto e, quando chove, a água vai e entra dentro da escola e entra dentro dos comércios. E como eu vou ter segurança para comprar uma coisa dentro do mercado, sendo que a água entra dentro do estabelecimento?

Então, peço atenção tanto na área de educação, tanto na área da parte de cultura, porque eu sou professor, professor de Educação Física formado e eu sou dançarino. Então, eu sei qual é a demanda do bairro. Então, eu entendo todas as propostas e espero que vocês tenham uma atenção direta para o nosso bairro, assim como a demanda dos outros também. Eu peço uma atenção geral em todos os sentidos, porque nós precisamos. Existe o trabalho, mas o trabalho não está sendo prestado de qualidade. Nós precisamos de qualidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Agradeço demais. Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Nelson Valejo, do Conselho Gestor do Parque São Domingos.

O SR. NELSON VALEJO – Boa tarde a todos.

É com muito prazer que eu estou aqui neste momento, com liberdade de falar. É muito importante. Eu vi aí, nesses dias, no meio de comunicação, que nós só temos quatro delegacias de proteção à mulher. Acho que temos mais de 170 delegacias 24h. Então, eu fiquei indignado com essa forma, e gostaria que vocês tomassem uma atitude nesse caso, ou de melhoras ou no atendimento à mulher, porque nós estamos justamente por isso aqui.

Eu sou do conselho gestor do Parque São Domingues, uma área verde e, como conselho gestor, eu cuido, verifico a segurança voluntariamente, segurança, jardinagem, verde

e eu encontro dificuldade, às vezes, em falar alguma coisa, porque parece que querem terminar com o conselho gestor e não vão terminar de jeito algum. Nós vamos lutar para isso daí.

E eu não consigo manter contato com a Secretaria do Meio Ambiente. Telefonamos, verificamos isso e aquilo e praticamente não dão atenção, porque nós somos um fiscal. Verificamos o acontecimento que está havendo. Então, esse é o nosso trabalho. Eu encontro dificuldade de entrar em contato com a Secretaria do Meio Ambiente. Eu sou do conselho. É um direito que me assiste.

Então, eu gostaria que vocês dessem uma mão para a gente, com mais oportunidade, mesmo sendo voluntário, para nós abrangermos e termos mais condições, porque todo parque, uma área verde, é considerado, hoje em dia, o jardim da nossa casa, porque hoje você só vê sobrado aqui, sobrado lá e não há jardim. Então, é na área verde onde nós encontramos isso, na parte de esporte, educação, lazer e outras coisas.

Eu agradeço. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado por compartilhar a sua experiência.

Tem a palavra a Sra. Silvana Perassoli, do Conselho Participativo da Vila Mariana e Conselho Participativo de Segurança do Paraíso.

A SRA. SILVANA PERASSOLI – Eu quero falar de um tema aqui que é uma ponta de algo muito amplo em relação a esse projeto que querem, relacionado à mulher. Nós há uns anos, quando o parque foi privatizado, recebemos, no nosso bairro, tudo o que não prestava, que saia de dentro do parque: pessoas com prática de *dogging*, uma prática de sexo na rua, e droga.

Então, nós resolvemos, como comunidade, unir-nos, começar a fazer uma limpeza e transformar esse bairro mais seguro. Como membro também do Conseg, com todo esse trabalho que nós fizemos com a união dos moradores, outras pessoas de outros bairros próximos nos procuraram para usar esse modelo. Então, nós começamos a criar uma rede de relacionamento e espalhar o nosso trabalho de comunicação e curiosamente todas as nossas lideranças ali

passaram a ser mulheres.

E com toda essa união, nós conseguimos transformar quadriláteros mais seguros. Isso não significa que é só para o nosso lado. Nós temos um lado da Vila Mariana que tem a favela, que também é uma área que precisa de muito apoio. Então, nós temos, tanto mulheres do nosso lado que têm edifícios de alto padrão, como mulheres do outro lado, se preocupando em trazer segurança para o bairro. Com isso, com essa rede, nós passamos a ter mais relação com a Polícia Militar e a Polícia Civil. Nós cuidamos pessoalmente da limpeza. Nós tiramos os dias de mutirão, saímos à rua para limpar e para cuidar da praça. Nós tivemos uma melhora na segurança, mas o que eu venho pedir hoje aqui é falar da importância do trabalho da Polícia conosco. Nós precisamos de segurança e nós precisamos do aumento de efetivo e do cuidado do policial, porque nós fomos até os batalhões conhecer as dificuldades e conhecer a pessoa que está atrás da farda.

Com isso, nós fizemos uma parceria muito grande com eles. Além das mulheres que estão no comando e a Polícia que nos atende na Vizinhança Solidária - que é um programa sensacional, que hoje, nos quadriláteros, em qualquer movimento diferente, todos nós sabemos ao mesmo tempo - nós temos uma comunicação integrada. A nossa soldado é uma mulher e a nossa Capitã é uma mulher, que era da ROCAM. Então, é o valor da participação da mulher, para mudar essa situação que a gente está vivendo.

Mas precisamos, Major, de mudança nas leis, porque ter a polícia somente não resolve. Estão enxugando gelo. Tiram os ladrões da rua e, na audiência de custódia, esses ladrões são soltos. Isso aí é algo que vocês precisam trabalhar por nós, porque a mulher precisa ter liberdade para andar na rua.

Apenas na semana passada, três mulheres foram abordadas. Houve um homem passando a mão nas genitais das mulheres, dando socos nas mulheres do bairro, do nosso quadrilátero. A Polícia vem. Infelizmente se não há flagrante, ela não pode levar. Chamamos a Assistência Social e ela fala que não podem tirar aquela pessoa da rua. A lei antimanicômio foi a pior lei que se criou até hoje, porque parte do que nós estamos vivendo lá, como nós temos

avenidas grandes, essas pessoas param muito na nossa praça. Alguns nós conseguimos acolher. Nós abordamos moradores de rua. Aqueles que nós podemos levar para um lugar melhor nós levamos. Nós conversamos com a família, porque é uma demora muito grande a Assistência Social chegar lá.

Então, nós trabalhamos tanto tirando essas pessoas da rua quanto acolhendo essas pessoas com problemas mentais, só que, nesse meio, há muito bandido.

Recentemente, há alguns meses, pessoas que praticavam crimes no bairro, que estavam morando em barracas na rua, eram bandidos da saidinha e eles se escondiam dentro dessas barracas. Eles foram pegos ali. Então o que precisamos é ter segurança, mudança da lei e, principalmente, não é só aumentar a polícia e dar condições de trabalhos para eles. Precisamos que mude a lei que garanta o trabalho da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Agradeço, Sra. Silvana. Muito obrigado. Parabéns pela coragem em enfrentar essas situações.

Gostaria de convidar, agora, o Coronel Wagner Bertolini Junior, que é o eterno Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (Palmas)

O SR. WAGNER BERTOLINI JUNIOR – Bom dia a todos.

Sou Wagner Bertolini Junior, bombeiro, Coronel era o posto que eu ocupava. Na minha carreira, quase morri 11 vezes. Onze! Foram 34 anos de serviços. Não foram sustos, foram quase morte. Uma delas, inclusive, o Palumbo estava comigo, não é Palumbo? (Pausa)

Então venho aqui não para pedir algo, mas trazer um recado do passado. Eu saí da minha comodidade para vir trazer a vocês um recado e, certamente, vocês estão no caminho correto. Eu nunca gostei muito daquela frase do ônibus: “Transporte, um direito do cidadão; um dever do Estado”. O cidadão também tem deveres. Então não curti muito essa frase e acho que o Brasil está um pouco acomodado.

Nessas 11 vezes que eu quase morri, a primeira aconteceu num cortiço, em Campos Elíseos, num prédio invadido. Estávamos nos arriscando para tirar alguém de lá de dentro.

Ademais, venho aqui com uma certa bagagem para falar isso a vocês, não estou aqui

de graça. Meu recado, talvez, assim, para cidadãos que têm coragem e estão atrás dos seus deveres e brigando por eles, sejam direitos ou deveres, a sorte favorece os ousados.

Muitas vezes, nós nos recusamos a enxergar um problema enquanto ele é novo, enquanto ele é pequeno, mas quando aquilo cresce, então é hora de sair correndo. Então, é melhor você enfrentar um problema pequeno de frente, do que ter de correr de uma grande consequência de costas para ela.

Portanto, nós bombeiros - e hoje aqui estão vários deles, todos fantásticos - sempre corremos em direção aos problemas. E, nessa corrida, muitas vezes nós nos desviávamos e ia por outro lado, dizendo: “Ali já estamos ferrados”. O pior é enxergarmos uma coisa e não buscar alternativas, ficar “cozinhando”, ou seja, vamos reclamar, porque é o hidratante que está quebrado na sua calçada; é a comunidade que, muitas vezes, passa fio para tudo quanto é lado no meio das ruas e a viatura não entra; é a comunidade que, muitas vezes, no sábado para o carro em qualquer lugar e não passa nenhuma bicicleta no meio e ainda querem que a viatura chegue e combate o incêndio em minutos. Percebem? Tudo complica nosso trabalho. Nós bombeiros sabemos muito bem como é isso.

E, coincidência ou não, nesse dia, o prédio Wilton Paes, aquele que caiu, em 1º de maio, quando morreram sete pessoas e duas não foram localizadas até hoje, era minha bandeira quando estava no comando, na função do Camargo, e eu ia direto no Prefeito, na Vice-Prefeita, eu comentava com eles: “Olha, aquilo não está legal e vai dar problema”.

Nesse dia, que foi cinco dias antes da queda, uma viatura dos Campos Elíseos passando na frente, observou, no quarto andar, e tinha um pequeno incêndio, mas, para eles entrarem, já foi uma dificuldade. Por quê? Porque o prédio, além de ser invadido, ele tinha uma resistência na porta, pois eles achavam que a polícia invadiria, construíram um muro antecâmara, ficava um cara tomando conta, então para eles entrarem foi terrível.

E esse incêndio eram ladrões queimando fio elétrico lá dentro para retirar o plástico do cobre. Eles apagaram aquele pequeno incêndio, *okay*, mas aquilo foi continuando. Nesse ínterim, todo o tempo, eu continuava indo à Prefeitura, tentava sensibilizar o governo: “Aquilo

não está bem, aquilo vai cair, aquilo vai pegar fogo. E a resposta que sempre ouvi e, tenho certeza, que a maioria já ouviu: “E a gente coloca eles onde?” Era a resposta padrão: “Onde colocamos eles?”.

Cera vez me irritei e falei: “Não sei onde você coloca, mas um dia vai colocar no IML”. Infelizmente, tive de dizer isso. E, infelizmente, o prédio caiu em 1º de Maio de 2018, pegou fogo, sete pessoas morreram e duas estão desaparecidas. E isso não foi para a conta de ninguém. Ninguém se responsabilizou por aquilo. Mas o recado que tenho é assim: enfrentem os problemas de início, não adianta ficar protelando.

Aliás, na minha opinião, existem prédios em São Paulo, não todos, mas, comparativa e infelizmente: é uma Boate Kiss que está com público dentro. Depois, na hora que acontece a tragédia, foi o “azar, não é culpa de ninguém e o diabo a quatro”. Na Boate Kiss foram 400 vítimas. Até mais, se não me engano.

Um prédio desses invadido, uma comunidade, vejam tem prédios, pensões e cortiços, todo mundo, aqui, conhece pelo menos uma, tem uma única entrada. Mas tem um monte de gente que vive ali. Se aquilo pegar fogo, encher de fumaça, todos morrem. Todos. Inclusive os próprios bombeiros ao tentar entrar. E isso é um absurdo.

Bem, parabéns Palumbo, você está no caminho certo. Espero que a comunidade entenda, pois o espírito de bombeiro está aqui nessa sala, tanto para os problemas de incêndio propriamente ditos, quanto para os problemas da Cidade e das comunidades.

O que o Camargo falou é fantástico. Um polo gerador de risco é uma ótima proposta, fantástica. Não me conformo que um empreendimento traga 50 mil pessoas para um bairro e continua o mesmo quartelzinho de bombeiros, com uma viatura, um resgate, um SAMU, não é justo para ninguém.

Lembrem que em São Paulo teve *shopping* que precisou construir viaduto. Teve *shopping* que construiu um viaduto, porque o empreendimento prejudicaria o trânsito. A Prefeitura, então, obrigou o *shopping* a construir um viaduto para melhorar o fluxo do trânsito.

Só que, aqui, o risco, é um probleminha: “Talvez, quem sabe aconteça, talvez nunca

aconteça”. Saibam: acontece. Simples assim, acontece. Esse é o meu recado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado, Comandante Coronel Bertolini.

Gostaria agora de chamar, à frente, a Sra. Aida Miranda.

A SRA. AIDA MIRANDA – Boa tarde.

Quero expressar minha gratidão à Mesa e, principalmente, ao Major Palumbo, pela oportunidade que nos dá para falarmos das nossas demandas. Cris, obrigada pelo convite.

Gente, meu nome é Aida, vou falar da situação que estamos vivendo todo dia em São Miguel Paulista.

Conforme a Lei 13.955, de 2019, toda rede pública deve ter profissionais para o atendimento psicológico. Isso não está acontecendo, principalmente nas escolas da região. Se não acontece, não precisa haver a lei. A lei está aí, existe para ser cumprida. Mas se não há contratação de profissionais, como vamos atender essa demanda, sendo que é algo que está acontecendo no dia a dia, nas escolas, afetando nossas crianças e adolescentes, os quais estão totalmente adoecidos?

Então a minha sugestão é que realmente haja contratação desses profissionais e que eles venham a realizar um trabalho eficaz, porque depois dos últimos acontecimentos que vivemos nessa cidade, nossas crianças estão muito adoecidas e precisamos atender essa demanda. Minha sugestão, portanto, é a contratação imediata desses profissionais para atender nossas crianças e adolescentes.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado por essa importante sugestão, Dona Aida.

Gostaria de chamar à frente o munícipe Rodrigo Rufino.

O SR. RODRIGO RUFINO – Boa tarde a todos.

Meu nome é Rodrigo. Venho a convite do Major Palumbo, do Coronel Humberto e do

Professor Luis, muito obrigado.

Na verdade, o que venho trazer não é uma sugestão; até então, era uma obrigatoriedade referente às vagas de necessidades especiais e para idosos nos postos de saúde que contêm estacionamento. Até antes do evento da Covid, as vagas estavam presentes nos postos; após o evento, todas as demarcações foram apagadas. Inclusive, recentemente, o meu pai foi até o posto de saúde mais próximo de casa e lá ele passou um certo constrangimento. Mesmo apresentando o cartão de idoso, ele foi desrespeitado; não permitiram sua entrada.

Por isso, Major, eu gostaria de pedir que fosse feita uma fiscalização e que foi trazida de volta essa obrigatoriedade, que está documentada; são 5% de vagas para idosos e 2% para pessoas com necessidades especiais, além de vaga de ambulância, que também já não existe mais.

Era isso que eu tinha a dizer. Espero que, de alguma forma e dentro do possível, seja feito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado pela sugestão.

Tem a palavra o Sr. Marcio das Neves Palumbo, do Colégio Lumière Tatuapé.

O SR. MARCIO DAS NEVES PALUMBO – Boa tarde a todos.

Primeiramente, parabéns pela iniciativa. Acho importante trazer essa discussão para os bairros e espero que esse tipo de evento seja realizado em várias regiões. Trazê-la para a zona Leste é algo extremamente interessante para quem está por aqui; creio que a maioria das pessoas que compareceu hoje seja da região. Então, que a iniciativa se espalhe para outros lugares para não ficar centralizada na Câmara o tempo todo, onde o acesso é mais difícil.

Eu pensei muito no que eu acho que tem que ser o principal objetivo desta reunião e eu entendo que essa necessidade, essa demanda tem a ver com a nossa capacidade de integração social, com a dificuldade que nós temos na zona Leste de transitar na própria zona Leste, na Radial, que está aqui ao lado, indo na direção de Itaquera, onde, do lado esquerdo, tem uma linha de trem. Nós temos uma dificuldade enorme de transitar em todos os bairros, de um lado para o outro, desde a Mooca, Belém, Belenzinho, Tatuapé, Carrão, Vila Matilde até o

Patriarca. São pouquíssimas as opções de passagem pela linha do trem. E qual é o impacto disso? Áreas negligenciadas hoje, principalmente ao lado da linha do trem, são áreas de degradação social nas principais regiões. Regiões do Belenzinho, do Belém, do Tatuapé, embaixo do Viaduto Aricanduva, estão degradadas socialmente e estão se transformando em locais de degradação humana, porque são lugares que não são acessados por pedestres, porque não tem como passar, não tem movimento, não tem transporte, não tem acesso por viaduto, não tem comércio. Por isso é um lugar propício à degradação.

Há falta de integração dos dois lados dos bairros; um lado é totalmente desconectado do outro, da Mooca até o Patriarca. São lugares onde as passagens são muito estreitas, com um viaduto a cada quase três quilômetros, fator que prejudica, destrói e degrada todas as estruturas, como prédios, que estão caindo, como ruas, que estão abandonadas, como edifícios, que não têm movimento e são invadidos. Toda essa situação está levando a um estado de degradação social que não existia há dez anos e está se intensificando de uns tempos para cá e que provavelmente se tornará muito pior daqui a uns quatro ou cinco anos se essa situação perdurar.

Não sei se cabe neste debate e neste momento, mas eu peço é que seja estudado um pouco a possibilidade de integração dos lados dos bairros Belém, Belenzinho, Mooca, Tatuapé, até Patriarca e Itaquera, porque a dificuldade de comunicação de um lado com o outro favorece a degradação social que está se instalando, principalmente aos lados das vias, à esquerda de quem está indo para Itaquera.

Muito obrigado. Boa tarde a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Cabe, sim. A Comissão da Saúde e Promoção Social tem interferência direta.

Tem a palavra o Sr. Luís, do Instituto Dom Diego Ermelino Matarazzo.

O SR. LUÍS DOM DIEGO – Boa tarde a todos.

Sou o Luís, conselheiro da UBS Cerruti, conselheiro da UPA Ermelino Matarazzo e recentemente fui empossado conselheiro do CAT; então, todo dia tem uma reunião. É uma bênção, porque os nossos conselhos são todos alegres, apesar das bombas e dos tiros por todos

os lados.

A função do conselho é justamente orientar, dar um norte. A gente reclama muito da gestão pública, mas muitas vezes a gente não vê um probleminha que poderia ter sido solucionado lá atrás em um conselho.

Temos hoje um ILP – Instituição de Longa Permanência do Idoso com 60 vagas. Isso significa que hoje um idoso precisa morrer para outro entrar. Por isso, o Plano Diretor precisa pensar na questão do idoso. Como diz a Eliete, às vezes a gente quer fazer alguma coisa, mas não há condição e, às vezes, o governo pode não ter um recurso para o ILPI ou para uma unidade de saúde, mas ele podia promover um curso de capacitação para cuidador de idosos, o que evitaria que o governo se deslocasse até a casa do idoso. Como já é sabido, agora a população tem mais idosos, e é preciso se atentar para a questão da promoção social. Então, Vereador Palumbo, como sugestão, a construção de mais unidades de ILPIs, centros de longa permanência.

Sobre a questão dos traumas, que esteja previsto no Plano Diretor a capacitação de mulheres vítimas de violência como cuidadoras de idosos, evitando riscos aos idosos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Muito obrigado, Sr. Luís.

Gostaria de saber se mais alguém quer fazer uso da palavra para fazer alguma sugestão ao Plano Diretor. (Pausa) Tem a palavra.

(NÃO IDENTIFICADA) – Sobre essas questões da saúde, as UBS, são meio complicadas, porque a gente vai até uma UBS e não tem profissionais ao nosso dispor. Enquanto o pessoal estava falando, eu estava pensando por que não voltar com os mutirões. Como há muitas pessoas aguardando exames, eu acho que seria proveitoso, ao longo de certo tempo – não sei se vocês Vereadores têm acesso a essa parte da saúde –; quantas consultas ou quantos exames que estão parados e atrasados, como naquela questão que teve - acho que, se não me engano, o Osni pode me corrigir, do Doria que tinha muita coisa parada. Então, fez-se vários mutirões, pagou-se para hospitais, clínicas particulares para desafogar a parte da saúde pública.

Então, acho que nessa questão deveria ser pensado também fazer mutirões para desafogar as UBS, porque além de estarem sucateadas realmente, poderia ser essa questão. A minha sugestão é: mutirões para aliviar de tempos em tempos e que tenha uma comissão ou pessoas que acompanhem isso para poder desafogar realmente e não deixar a situação piorar. Porque depois que se descobre um câncer em um mês e demora-se anos para tratar, aí você vai onerar a outra parte dos institutos que precisam controlar isso.

Era só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Bombeiro Major Palumbo) – Chegamos ao final desta audiência pública que pode trazer para discussão assuntos muito importantes. As pessoas que tomam o serviço público, que recebem da cidade de São Paulo as necessidades que elas possuem nas suas casas, nas suas vidas, no hospital, na escola dos filhos. A gente sabe que os temas são de acordo com cada comissão, mas temos também as informações e as pessoas necessitam se expressar numa audiência.

Temos de trazer a discussão porque a cidade precisa de todos os seus atores que possam trazer novas ações para os bairros, que possam trazer serviços públicos que são necessários para que as pessoas possam usufruir da cidade de uma maneira completa, pessoas que são responsáveis por atender as vítimas.

Sabemos que o Plano Diretor Estratégico vai ser modificado com intuito da proteção das pessoas. A gente sabe que não podemos discriminar nenhum tipo de informação. A cidade de São Paulo tem que ser uma cidade aberta a todos. Temos que ter a participação efetiva da população porque tenho certeza de que todos queremos uma cidade melhor.

Ter a oportunidade de sair da Câmara, por isso agradeço demais a TV Câmara, todos os funcionários da Câmara Municipal de São Paulo que se dispuseram a vir aqui, da Comissão da Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

Gostaria de agradecer também a Guarda Civil Metropolitana que está presente trazendo para gente a segurança juntamente com a Tenente Ana, do 8º Batalhão da Polícia Militar. Temos pessoas que possuem um objetivo comum: o objetivo da nossa proteção. Não é

fácil trazer à cidade de São Paulo e principalmente para um Plano Diretor, um desafio para nossa cidade, a mistura de tantos problemas sociais, soluções novas.

Tenho certeza de que elas serão integradas e teremos, sim, com essa 6ª audiência pública da nossa comissão, dados muito interessantes que vão poder mudar a vida das pessoas não só na nossa região onde nós estamos, mas em todas as sugestões em bairros que vão poder trazer as nossas sugestões para que as pessoas tenham uma vida melhor na cidade de São Paulo.

Agradeço demais. Nada mais havendo a tratar estão encerrados os nossos trabalhos desta audiência.

Quem precisar se deslocar, tem um ônibus à frente, que vai se deslocar até o Terminal Carrão. Fico à disposição e agradeço demais a presença de todos.

Muito obrigado. Tenham todos uma boa tarde.